

A RELAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO COMPLEXO DE DEFESA DA CIDADANIA EM PICOS – PIAUÍ COM O SABER ESCOLAR: PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO MEDIANTE PRÁTICAS DE LEITURA

Tamires Barros veloso

Universidade Estadual do Piauí, tamiresbarros32@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação escolar no contexto dos adolescentes em conflito com a lei são discussões que necessitam ser incorporadas ao debate educacional, de uma forma que se promova reflexões importantes sobre a função educativa da escola na vida do sujeito sobre contextos diversos, reafirmando o direito de Educação para todos, subjazendo a tentativa de entender a função social que a escola vem exercendo na sociedade. Para a presente pesquisa, foi constituído como objetivo geral investigar a relação dos adolescentes em conflito com a lei abrigados no Complexo de Defesa da cidadania em Picos-PI com o saber escolar. E como específicos, identificar o nível e etapa de escolarização de cada sujeito, analisar suas experiências escolares e discutir a relação desses adolescentes em conflito com a lei com práticas de leituras, promovidas mediante o desenvolvimento do “Projeto Biblioteca no Complexo da Cidadania: Doe livros e liberte sonhos”, que consiste na constituição de uma biblioteca no espaço onde estão abrigados esses jovens em conflito com a lei e o desenvolvimento de oficinas de leitura, com intuito de levantar informações para essa discussão e contribuir assim com o processo educacional e social desses adolescentes.

O Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069 – 13 de julho de 1990) norteia o trabalho pedagógico/educacional que deve ser desenvolvido com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ressaltando os principais direitos sociais desses adolescentes, dentre eles, não menos importante que os outros, o de uma educação efetiva de qualidade. E um dos propósitos principais deste trabalho é também contribuir com o processo educacional e social dos adolescentes que se encontram no Complexo de defesa da Cidadania, tendo em vista, que a instituição não desenvolvia nenhuma ação nesse sentido, estruturando assim a necessidade de uma ação educativa interventiva ao processo metodológico deste trabalho, enfatizando assim, a pesquisa não apenas como elemento de investigação, mas enquanto objeto de ação e transformação.

METODOLOGIA

O trabalho utilizou como referencial teórico, autores como Charlot (2000), Salum (2014) e Pirozzi (2001), dentre outros. Dessa forma, utilizou-se como metodologia para atingir os objetivos do estudo, a pesquisa-ação, atrelada a pesquisa bibliográfica que Thiollent (1986, p. 14) destaca como “[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação [...]”.

Entrevistou-se no total quatro adolescentes entre 16 e 17 anos abrigado no Complexo de Defesa da Cidadania, a partir da entrevista do tipo parcialmente estruturada, levantando assim informações detalhadas sobre suas experiências escolares. E relacionada a questão central investigativa e metodológica deste trabalho, engloba-se algumas ações interventivas como forma de contribuir com o processo educacional dos adolescentes em conflito com a lei no Complexo da Cidadania em Picos-Piauí, através de práticas de leitura, em conexão com o “Projeto Biblioteca no Complexo: Doe livros e liberte sonhos”, que consiste na constituição de uma biblioteca no espaço de internação desses jovens, mediante também a realização de oficinas de leitura para se discutir a relação desses adolescentes com práticas de leitura, utilizando com técnica de coleta de dados a observação participante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É fervente cada vez mais discussões na sociedade acerca do paradigma da inclusão, que tem como princípio, a inclusão de todos nos diversos âmbitos da sociedade, principalmente no ambiente educacional, a orientação é que a escola deve se modificar, para ofertar educação de qualidade de acordo com a necessidade de cada educando, um dos documentos principais que tratam da educação especial na perspectiva da inclusão é a Declaração de Salamanca afirmando que

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas [sic] ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (SALAMANCA, 1994, p.3).

Apesar de tratar mais especificamente da educação especial, dedicada a pessoa com deficiência, o princípio proeminente da Declaração de Salamanca é a inclusão de todos, e isso pressupõe-se os grupos marginalizados, assim como foi referenciado na citação, o que “inclui” os adolescentes em conflito com a lei. O lema da educação inclusiva é de que a escola precisa se transformar para incluir a pessoa com deficiência, também “[...] é preciso que a escola se modifique para os jovens

envolvidos com a violência e a criminalidade” (SALUM, 2014, p. 329). E atenda a necessidade de cada educando, contribuindo para uma formação efetiva do sujeito.

A educação escolar é estruturada em dois níveis: Educação Básica e Ensino Superior, que se subdividem em etapas. A educação Básica corresponde o primeiro nível da educação escolar, subdividida em três etapas: Pré-escola (Educação Infantil), Ensino Fundamental e Ensino Médio, que estabelecido pela LDB Nº. 9394/96 deve acontecer obrigatoriamente e gratuitamente dos 4 aos 17 anos de idade (BRASIL, 1996). Os dados que seguem abaixo, expressam a faixa etária, o nível e etapa de escolarização atual e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos quatro adolescentes entrevistados, coletados a partir do relato de suas práticas escolares anteriores a vinda para o Complexo de Defesa da Cidadania (CDC).

Quadro 1: Perfil de escolarização dos sujeitos entrevistados

| Sujeitos | Faixa Etária | Nível de Escolarização | Sabe Ler/Escriver |
|----------|--------------|------------------------------|-------------------|
| Ad 1 | 17 anos | 2º ano do Ensino Médio | Sim |
| Ad 2 | 16 anos | 6º ano do Ensino Fundamental | Não |
| Ad 3 | 16 anos | 9º ano do Ensino Fundamental | Sim |
| Ad 4 | 16 anos | 6º ano do Ensino Fundamental | Sim |

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados da faixa etária e etapas de escolarização fornecidos, constata-se uma pequena diferença de retardamento em relação a média de idade estipulada a cada etapa da educação básica. Sendo assim, a idade da maioria dos adolescentes estabelece que eles deviam estar cursando a terceira etapa da educação básica (Ensino Médio) e não o Ensino Fundamental.

Em respostas as questões sobre o desenvolvimento das habilidades de ler e escrever, o adolescente 1 relatou que sabe ler e escrever, tendo aprendido na escola com uma professora, e que o processo que a mesma lhe ensinou foi através do método silábico. Enquanto o adolescente 2 descreve seu processo de leitura como deficiente, e não estabelece uma recordação clara em relação a esse momento, que aconteceu também no ambiente escolar.

O adolescente 3 aprendeu a ler e escrever na escola, entretanto, com um diferencial do relato dos demais, menciona a figura materna como uma participação importante nesse processo de aprendizagem, o 4 não se recorda desse momento, mas afirma ter sido na escola.

A escola é uma das instituições em que o indivíduo costuma em algum momento da vida estabelecer vínculos, espaço em que durante algum tempo, construímos relações e desenvolvemos inúmeros sentimentos. Charlot (2000, p.47) afirma que, “[...] a experiência escolar é, indissociavelmente, relação consigo, relação com os outros (professores e colegas), relação com o saber”. Uma teia de relacionamentos em torno do desenvolvimento do conhecimento e do indivíduo. Nesse sentido, afim de compreender o sentimento dos adolescentes em relação ao ambiente escolar, procurou-se obter informações sobre a frequência escolar desses adolescentes, isso anteriormente a vinda para o CDC, o tipo de estabelecimento que frequentaram (público ou privado), e que sentimento nutriu/e pela escola.

O adolescente 1 inicia enfatizando, que abandonou a escola a aproximadamente seis meses, a partir do momento que se envolveu em conflito com a lei, e que o ambiente em que frequentava era um estabelecimento público de ensino, relata que enquanto frequentava a escola sofreu diversas expulsões: *“Fui expulso da escola X, Y e Z” (ADOLESCENTE 1)*. Ele expressa seu sentimento em relação ao ambiente escolar, afirmando que gostava apenas de algumas partes da escola, principalmente a parte de socialização com os amigos (as), e que tinha estudado na modalidade Educação de Jovens e adultos. Pode se constatar a partir do relato do adolescente, que a instituição escolar não atribuiu significado eminente a sua vida. Um espaço em que não conseguiu ainda estabelecer um vínculo, como é percebido através das inúmeras expulsões relatadas. Será a escola capaz de oferecer mais uma oportunidade ao estabelecimento desse vínculo nunca construído?

O adolescente 2, afirma que parou de estudar em 2016. Em suas palavras expõe os motivos do abandono: *“Abandonei a escola por causa do crime. Não gostava da escola, eu matava aula todo dia”*. E que a instituição que frequentava, tratava-se de uma instituição pública. Percebe-se apenas um sentimento em relação a escola do adolescente 2: o de negação! A escola não lhe chamava atenção de nenhuma forma. Mas “[...] por que certos alunos não estudam na escola, não aprendem, não compreendem, refugiam-se na indiferença ou explodem em violência?” (CHARLOT, 2000, p. 20). A violência está cada vez ganhando mais jovens do que a escola. O que a escola precisa fazer para acolher os que apenas estabelecem uma passagem por ela, e não desenvolve nenhum sentimento? A escola necessita desenvolver estratégias de inclusão dos jovens envolvidos com a violência, e o Estado políticas públicas que contribuam à efetivação dessa inclusão.

O adolescente 3 também expressa que não vai mais a escola acerca de aproximadamente um ano, e que não nutre nenhum sentimento em relação ao ambiente escolar, em seu relato diz que a escola é “*desinteressante, ruim*” (ADOLESCENTE 3). O mundo do crime era mais interessante que a escola. O que a instituição escola fez e/ou não fez para que recebesse o título de “desinteressante” e ruim em comparação ao universo criminal, e o que ela precisa fazer para perder esse título para alguns jovens?

O adolescente 4 também não estava frequentando a escola, em relação ao seu sentimento para com o ambiente escolar, certifica que gostava da escola, assegurando arrependimento pelo abandono, e enfatizou que pretende voltar a estudar no próximo ano. Gostava da escola, mas a escola parece que não gostava dele. Deseja voltar, mas será que a escola deseja recebê-lo de volta? De acordo com Salum (2014, p. 330-3311)

[...] A medida socioeducativa parte da premissa de que é necessário oferecer determinados instrumentos de socialização, sobretudo a escolarização, para que o adolescente possa ser incluído na sociedade, possibilitando a ruptura com a criminalidade. Na prática, uma vez excluídos do ambiente escolar, sabemos a dificuldade que existe para refazer o vínculo. Principalmente, porque a exclusão escolar produz um descrédito, por parte do jovem, na instituição e em seus educadores. Segregado do ambiente escolar, estes jovens mostram ódio e agressão em relação à escola, e são reconhecidos como violentos e criminosos.

Essa inclusão escolar faz parte do processo de reinserção social, dessa forma entende-se que a escola também pode exercer um papel fundamental na promoção da ressocialização do jovem.

O pedagogo se configura como um profissional global da prática educativa, assumindo um papel importante no desenvolvimento de processos educativos/pedagógicos em qualquer espaço que exige uma atividade educativa, não se restringindo assim sua prática apenas ao ambiente escolar. Nesse sentido, o espaço institucional destinado a adolescentes que se envolveram em conflito com a lei, configura-se também como campo de atuação desse profissional, assim como afirma Pirozzi (2014, p.45): “O papel do pedagogo em presídios e instituições correccionais é algo que merece muita atenção da sociedade. Raramente os cursos de formação de pedagogia oferecem formação específica para essa ramificação. Poucos também são os estudos e pesquisas nessa área”.

Nesse sentido, o Projeto Biblioteca no Complexo da Cidadania: Doe livros e liberte sonhos configura-se como um projeto de intervenção educativa no Complexo de Defesa da Cidadania (CDC) para adolescentes em conflito com a lei, como ação da proposta metodológica anunciada na pesquisa. A primeira etapa do mesmo definiu-se na constituição de uma biblioteca no espaço de cumprimento de medidas socioeducativas, e como segunda etapa o desenvolvimento de oficinas de leituras, com intuito de incentivar a prática da leitura, contribuindo assim com o processo

educacional e social dos adolescentes que se encontram no Complexo da Cidadania em Picos – Piauí, levando em consideração que a unidade no momento não desenvolvia nenhuma ação nesse sentido.

CONCLUSÕES

A relação escolar não se configurou significativa na vida desses adolescentes, em tese, não existiu esse vínculo com os aspectos que permeiam o ambiente escolar. Dessa forma, compreende-se a importância do quanto uma relação significativa com a instituição escolar pode contribuir para fazer a diferença na vida de um sujeito, refletindo assim, a partir dos relatos das experiências escolares, se a escola não poderia ter desenvolvido outras estratégias que pudesse ter garantido a permanência dos mesmos e implicado em outra realidade.

Contudo, de forma a contribuir, mesmo em uma instituição privativa de liberdade é possível construir relações significativas com o elemento educacional, o que se espera acontecer a partir do envolvimento significativo dos jovens em conflito com a lei em práticas de leitura no desenvolvimento do projeto Biblioteca no complexo da Cidadania. Espera-se, que este trabalho venha a acrescentar no curso de pedagogia discussões mais efetivas sobre a identidade e atuação do pedagogo em contextos não escolares, e provoque na sociedade reflexões sobre a condição do jovem em conflito com a lei, enfatizando a educação como um importante elemento de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 set. 2017.

CHARLOT, Bernarde. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

PIROZZI, Giani Peres. **Pedagogia em Espaços Não Escolares: Qual é o Papel do Pedagogo?** São Paulo, Revista Educare, CEUNSP, v. 2, n. 1, p. 35 – 50, set. 2014.

SALUM, Maria José Gontijo. Os jovens, a violência e a sociedade criminogênica. IN: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; NASCIMENTO, Adriana Loiola do (org.). **Juventudes, cultura de paz e subjetividades.** 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2014. (p. 321-331).

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 2 .ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos da pesquisa-ação).